

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.718 - MG (2019/0128643-2)

AGRAVANTE : JOSÉ VIEIRA DE ALMEIDA
ADVOGADOS : FABRÍCIO SOUZA DUARTE - MG094096
 JOAO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO - MG020180N
 BERNARDO PESSOA DE OLIVEIRA - MG155123
SOC. de ADV. : OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS
AGRAVANTE : EDILBERTO CASTRO ARAUJO
ADVOGADO : MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM - MG043712
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : MUNICÍPIO DE IPABA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : MARLEY JULIANO ARAUJO ALVES SILVA
ADVOGADO : MARLEY JULIANO ARAÚJO ALVES SILVA (EM CAUSA
 PRÓPRIA) - MG097539

DECISÃO

Trata-se, na origem, de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em desfavor de José Vieira de Almeida, Edilberto Castro Araújo e Marley Juliano Araújo Alves Silva (fls. 4-15).

Alegou o autor, em síntese, que: *a)* em 21 de março 2007 foi oferecida denúncia contra José Vieira de Almeida (Prefeito do Município de Ipaba no período de 2005 até 2008) pela prática do delito descrito no art. 1º, II, do Decreto n. 201/67, perante o TRF da Primeira Região. Nessa demanda, teve sua defesa promovida pelos advogados Edilberto Castro Araújo e Marley Juliano Araújo Alves Silva; *b)* constatou-se que os réus que atuaram como advogados do ex-Prefeito representavam, também, concomitantemente, o Município; *c)* o réu José Vieira de Almeida auferiu vantagem indevida, utilizando advogados contratados pelo Município de Ipaba para a defesa de seus direitos; *d)* os advogados permitiram e concorreram para a conduta do primeiro réu.

Por sentença (fls. 2.093-2.115), julgaram-se procedentes em parte os pedidos, condenando-se os réus, com fundamento no art. 12, III, da LIA, a: *a)* suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos; *b)* pagamento de multa civil em cinco vezes o valor da última remuneração percebida pelos agentes; *c)* impossibilidade de contratarem com o Poder Público ou receberem benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de três anos.

Edilberto Castro Araújo, Marley Juliano Araújo Alves Silva e José

Vieira de Almeida interpuseram recursos de apelação (fls. 2.118-2.142, 2.147-2.153 e 2.161-2.173, respectivamente).

Monocraticamente, negou-se seguimento aos recursos interpostos, com fundamento no art. 557, do CPC/73 (fls. 2.272-2.278).

Os réus interpuseram, então, agravos regimentais (fls. 2.281-2.292 e fls. 2.294-2.304).

Por unanimidade, a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais negou provimento aos agravos interpostos por Edilberto Castro Araújo e Marley Juliano Araújo Alves Silva e por José Vieira de Almeida, em acórdãos (fls. 2.341-2.354) assim ementados, respectivamente:

AGRAVO INTERNO - INTEMPESTIVIDADE - RECURSO PREMATURO - CPC/73 - SÚMULA 418, STJ - ULTRATIVIDADE - ATOS PRATICADOS NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO REVOGADO - UNIDADE DA DECISÃO - EFICÁCIA CONTRA TODAS AS PARTES - NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DAS RAZÕES - RISCO DE IMPERTINÊNCIA DO RECURSO - DECISÃO MANTIDA.

- O comando jurisdicional é uno, aplicando-se indistintamente a todas as partes do processo. É irrelevante quem formulou o pedido; desde que respeitado o contraditório, a decisão que o examina será aplicável a todas as partes.

AGRAVO INTERNO - INTEMPESTIVIDADE - RECURSO PREMATURO - CPC/73 - SÚMULA 418, STJ - ULTRATIVIDADE - ATOS PRATICADOS NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO REVOGADO - INTIMAÇÃO - PLURALIDADE DE ADVOGADOS - ESCRITÓRIOS DISTINTOS - INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE CONCENTRAÇÃO DE INTIMAÇÕES - VALIDADE - DECISÃO MANTIDA.

- É válida a intimação que não contemplou um (ou alguns) dos advogados, se outros, com iguais poderes de representação, a receberam. - Exige-se a intimação do escritório substabelecido - independentemente de requerimento nesse sentido -, nos casos de substabelecimento para escritório com sede na comarca onde tramita o feito (AgRg no AREsp 230.498/MS).

- O entendimento acima é inaplicável nos casos em que mandante e _mandatário têm sede -na mesma -comarca onde tramita o feito; - Sob a égide do CPC/73, e do enunciado nº 418, Súmula STJ, a extensão dos efeitos infringentes dados aos embargos não é relevante para definir a (des)necessidade de ratificação do recurso.

Contra essa decisão, os réus opuseram embargos de declaração (fls. 2.362-2.374 e fls. 2.385-2.391), os quais foram rejeitados pelo Tribunal de origem (fls. 2.402-2.405).

José Vieira de Almeida e Edilberto Castro Araújo interpuseram recursos especiais.

Em seu recurso (fls. 2.408-2.422), José Vieira de Almeida sustenta violação do art. 1.022, I e II, do CPC/15 (correspondente ao art. 535, I e II, do CPC/73) e dos arts. 500 e 506, II, do CPC/73, bem como a existência de dissídio jurisprudencial, elencando como paradigmas o REsp n. 1.129.215/DF e o AgRg no REsp n. 1.556.745/RJ.

Alega, em síntese, que: *a)* a despeito da oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem não se manifestou sobre *(i)* o pedido expresso de cadastramento e intimação do Dr. José Sad Júnior e *(ii)* a análise da extensão da alteração empreendida com o julgamento dos aclaratórios opostos pelo Ministério Público na origem; *b)* inexistia norma processual determinando a ratificação dos recursos de apelação; *c)* nos termos da decisão recorrida, a negativa de seguimento à apelação decorre da interpretação analógica do enunciado da Súmula n. 418 do STJ, contudo, “o verbete sumular destinava-se a análise de recurso especial, nada dispondo sobre os recursos de apelação” (fl. 2.414); *d)* “não são comparáveis os requisitos de admissibilidade da apelação e do recurso especial e, por isso, não se pode adotar aplicação analógica do enunciado 418 desse STJ” (fl. 2.416).

Edilberto Castro Araujo, por sua vez, alega violação dos arts. 494, II, 1.022, 1.023 e 1.024, todos do CPC (fls. 2.498-2.510).

Afirma, em resumo, que: *a)* a despeito da oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem foi omissa acerca da aplicação do entendimento firmado no REsp n. 1.498.560/MG, o qual impõe a desnecessidade “de ratificação da apelação interposta antes do julgamento dos embargos de declaração, mesmo na égide do CPC/73” (fl. 2.501); *b)* “É de especial relevo no caso concreto revisar o *iter* processual para exata fixação dos marcos temporais, de modo a incidir ou não as normas do CPC/73” (fl. 2.506); *c)* “não só agora, mas já na data da publicação da sentença, 26.06.2015, as normas aplicáveis ao caso concreto são aquelas do CPC/2015” (fl. 2.508); *d)* “após cancelar a súmula 418, o STJ ainda aprovou a nova Súmula 579, aplicável em sítio de Recurso Especial, mas que também se invoca para fins do recurso de apelação, nos seguintes termos: 'Não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração quando inalterado o julgamento anterior.'” (fl. 2.508).

Contrarrazões aos recursos especiais foram apresentadas pelo

Ministério Público do Estado de Minas Gerais (fls. 2.535-2.540).

Em juízo de admissibilidade, os recursos foram inadmitidos pelo Tribunal de origem (fls. 2.548-), sob os seguintes fundamentos:

Primeiro recurso: de José Vieira de Almeida

[...]

Se o pronunciamento judicial não acolheu os argumentos expendidos, o fato não traduz negativa da prestação jurisdicional, mas constitui, tão somente, decisão desfavorável, que o vencido confunde com ofensa ao preceito da legislação processual civil que rege a hipótese de oposição dos embargos de declaração. Essa circunstância, conforme se sabe, retira do especial esse pressuposto específico.

[...]

Quanto ao mais, igualmente impróspera a irresignação, uma vez que encontra ressonância na jurisprudência do Tribunal de destino o entendimento da Turma Julgadora no tocante à necessidade de ratificação do recurso de apelação apresentado antes do julgamento e acolhimento dos embargos de declaração apresentados pela parte ex adversa.

[...]

O dissídio também não confere trânsito ao especial, pois, a par de deficientemente demonstrado, o julgado indicado como paradigma não reflete a especificidade da situação dos autos.

De fato, a Turma Julgadora concluiu que houve alteração do resultado diante do acolhimento dos embargos de declaração apresentados pelo ora recorrido, circunstância não evidenciada no acórdão colacionado nas razões recursais.

Assim, sem a necessária correspondência fática, não há como reconhecer a existência de decisões diferentes para questões jurídicas iguais, não se configurando, portanto, a invocada divergência pretoriana (fls. 2.548-2.551).

Segundo recurso: de Edilberto Castro Araújo

[...]

A alegação de negativa de prestação jurisdicional afigura-se desprovida de razoabilidade, haja vista que a Turma Julgadora decidiu, fundamentadamente, sobre todas as questões que lhe foram trazidas

[...]

Com relação à publicação da sentença, a Turma Julgadora aferiu ter sido esta publicada no ano de 2015, veja-se:

"O Ministério Público do Estado de Minas Gerais interpôs Embargos de Declaração em 03.06.2015 (f. 2065), apontando omissão na r. sentença. O recurso foi integralmente acolhido, alterando-se o dispositivo da r. sentença, que passou a ter a seguinte redação: "Posto isso, julgo procedente em parte os pedidos, para reconhecer a prática de atos de improbidade administrativa pelos réus José Vieira de Almeida, Edilberto Castro Araújo e Marley Juliano Araújo Alves Silva, nos termos do caput do artigo 11 da Lei 8.429/92, condenando-os, com fulcro no artigo 12, III, desta mesma Lei a: (I) suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos; (II) o pagamento de multa civil em cinco vezes o valor da última

remuneração percebida pelo agente José Vieira, corrigida desde a data da última percepção, com juros de mora de 1% desde a citação; (III) a impossibilidade de -virem os réus a contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de três anos." (f. 2067). A r. decisão foi publicada em 26,06.2015 (f. 2068)." (fl. 2.175)

Tal entendimento encontra ressonância na jurisprudência do Tribunal de destino, o que inviabiliza a irresignação. Nesse sentido, confira-se:

"[...] 1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" - Enunciado 2. [...]." (AgRg no REsp 1.545.908/MG, Rel. Min. Gurgel De Faria, DJe de 20/04/2018) (fls. 2.551-2.553).

Advieram, então, as interposições de agravos, a fim de possibilitar a subida dos recursos especiais (fls. 2.560-2.571 e fls. 2.588-2.595).

Foram apresentadas contrarrazões aos agravos pelo *Parquet* (fls. 2.640-2.641 e fls. 2.643-2.644).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento dos recursos especiais, a fim de declarar a tempestividade das apelações interpostas por Edilberto Castro Araújo e José Vieira de Almeida (fls. 2.661-2.671), em parecer assim ementado:

AGRAVOS NOS RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. APELAÇÕES INTERPOSTAS ANTES DO JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO ALTERAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA. DESNECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO. SÚMULA Nº 418/STJ. CANCELAMENTO. ACÓRDÃO QUE CONTRARIA A JURISPRUDÊNCIA DESSE STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO. - Parecer pelo conhecimento e provimento dos agravos, para conhecer e dar provimento aos recursos especiais.

Cumpre mencionar, por fim, que os réus interpuseram recursos extraordinários (fls. 2.487-2.494 e fls. 2.516-2.525). Referidos recursos tiveram seus seguimentos inadmitidos pelo Tribunal *a quo* (fls. 2.555-2.557) o que motivou a interposição de agravos para o Supremo Tribunal Federal.

É o relatório. Decido.

Verifico que os agravos em recursos especiais não encontram em seu caminho nenhum dos óbices do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. É dizer, atendem aos requisitos de admissibilidade, não se acham prejudicados e impugnam especificamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do especial.

Assim, autorizado pelo art. 1.042, §5º, do CPC, promovo o julgamento dos agravos conjuntamente com os recursos especiais, passando a analisar, doravante, os fundamentos do especial.

I. Do recurso especial interposto por José Vieira de Almeida

Sustenta o recorrente violação dos arts. 1.022, I e II, do CPC/15 (correspondente ao art. 535, I e II, do CPC/73) e dos arts. 500 e 506, II, do CPC/73, bem como a existência de dissídio jurisprudencial, elencando como paradigmas o REsp n. 1.129.215/DF e o AgRg no REsp n. 1.556.745/RJ (fls. 2.408-2.422).

O art. 1.022, I e II, do CPC, tem a seguinte redação:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

Em síntese, neste ponto, pretende o recorrente que o Superior Tribunal de Justiça reconheça a omissão do Tribunal de origem sobre questões suscitadas e supostamente não enfrentadas.

Vejam-se trechos da petição de recurso especial:

11. Em sede de embargos de declaração foram questionados pontos essenciais ao deslinde da questão, mas que não foram devidamente analisados pelo TJMG. Por essa razão, há violação ao art. 1.022, incisos I e II do CPC.

12. O primeiro ponto questionado consiste na ausência de análise do pedido de cadastramento e intimação do Dr. José Sad Júnior. O acórdão que julgou o agravo interno consignou que:

"A despeito da certidão de fl. 2.148 atestar que os advogados constituídos pelos substabelecimentos de fl. 2.057/2058 não foram incluídos na publicação, constatasse que, em nenhuma das

manifestações do agravante, ele requereu que as posteriores publicações fossem feitas com exclusividade nos nomes dos novos procuradores".

13. Ocorre que, diferentemente do que consta do acórdão, o Recorrente requereu - de modo expresso - o cadastramento do Dr. José Sad Júnior, que fora substabelecido e subscreveu a apelação (fl. 2.411 – grifei)

15. O segundo ponto objeto de embargos de declaração é a omissão quanto a análise da extensão da alteração empreendida com o julgamento do recurso aclaratório proposto pelo Ministério Público na origem.

[...]

23. Como se pode notar, era necessário que o TJMG analisasse se a extensão das alterações empreendidas exigia ou não a ratificação. Como defendido pelo ora Recorrente - tanto em sede de agravo interno, quanto em embargos de declaração - a sentença dos embargos de declaração em nada modificou sua situação, razão pela qual era absolutamente despicienda a ratificação, na linha decidida por esse STJ (fls. 2.412-2.413 – grifei)

Sucede que o acórdão recorrido, ao contrário do que afirmou o recorrente, não carece de fundamentação quanto a esses dois pontos. Apreciou tais alegações por meio de fundamentação suficiente, embora claramente contrária ao seu interesse.

Com efeito, acerca da intimação do procurador do réu, ora recorrente, se manifestou o Tribunal *a quo*:

A despeito da certidão de fl. 2.148 atestar que os advogados constituídos pelos substabelecimentos de fl. 2.057/2.058 não foram incluídos na publicação, constata-se que, em nenhuma das manifestações do agravante, ele requereu que as posteriores publicações **fossem feitas com exclusividade nos nomes dos novos procuradores.**

Ao contrário, o substabelecimento de fl. 2.057 expressamente requer que as publicações continuem sendo realizadas em nome dos advogados substabelecetes.

Assim, com esse novo mandato, o cenário que se formou em torno desta publicação específica foi o seguinte: alguns dos procuradores foram intimados - todos eles vinculados ao escritório substabelecete -, enquanto outros procuradores não o foram -todos eles vinculados no escritório substabelecido.

Apesar da vinculação dos advogados a escritórios distintos, fato é que todos eles conservaram poderes para representar o agravante. A propósito, no instrumento de substabelecimento não há qualquer tipo de ressalva que reparta, entre os procuradores, os poderes para representar o agravante -o que haveria, por exemplo, se constasse disposição definindo, a partir de determinado marco, a concentração - dos poderes de representação em apenas um (ou alguns) dos advogados constituídos.

Na verdade, o que se estabeleceu foi o compartilhamento dos poderes entre os advogados, para que, de modo concorrente, todos possam exercer a representação do agravante em juízo.

A esse respeito, registro não desconhecer posicionamento que exige a intimação do escritório substabelecido – independentemente de requerimento nesse sentido –, nos casos de subestabelecimento para escritório com sede na comarca onde tramita o feito (AgRg no AREsp 230.498/MS).

Essa exigência de intimação independentemente de requerimento só se aplica para os casos em que substabelecimento é de uma comarca e o substabelecido é de outra. Isso porque seu objetivo é de assegurar que o escritório especialmente contratado para acompanhar o processo na instância em que estiver – como nos casos de escritório contratado para exercer representação em grau de recurso tenha ciência do comando de interesse da parte representada.

O caso dos autos, porém, não se enquadra nessa hipótese já que tanto substabelecimento, quanto substabelecido têm sede na comarca onde, hoje, tramita o feito.

Em suma, todos os advogados conservam responsabilidade na representação, motivo que garante a validade da intimação feita no nome de qualquer deles (fls. 2.352-2.353 – grifei).

Ademais, quanto ao segundo ponto tido por omissis (extensão da alteração empreendida com o julgamento dos embargos de declaração opostos pelo *Parquet*), assim se posicionou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento dos aclaratórios de fls. 2.401-2.405:

Além disso, sob a égide do CPC/73, e do enunciado nº418, Súmula STJ, a extensão dos efeitos infringentes dados aos embargos não é relevante para definir a (des)necessidade de ratificação do recurso (fl. 2.405).

Portanto, todos os argumentos capazes de – *em tese* – influírem na conclusão do órgão julgador foram devidamente apreciados.

Observo, ademais, que, conforme entendimento pacífico desta Corte, “não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução” (REsp 1719219/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/04/2018, DJe 23/05/2018).

Não é outro o entendimento sufragado por esta Corte, como ilustram as ementas a seguir:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022, INCISOS I E II DO CPC/2015. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 280 DA SÚMULA DO STF. DIREITO LOCAL. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.7 DA SÚMULA DO STJ. INCIDÊNCIA DA LEI N.

8.429/1992. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 568 DA SÚMULA DO STJ.

I - No tocante à violação ao artigo 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 2015, a argumentação não merece ser acolhida. O acórdão recorrido não se ressentir de omissão ou qualquer outro vício, porque apreciou a controvérsia com fundamentação suficiente, embora contrária aos interesses do recorrente. Além disso, está pacificado nesta Corte que o julgador não está obrigado a responder questionamentos ou teses das partes, nem mesmo ao prequestionamento numérico.

II - Quanto à tese de prescrição da ação e afronta aos artigos 23, incisos I e II, da Lei nº 8.429/1992 e 142, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, a análise das questões suscitadas pelos recorrentes encontra-se substancialmente associada à interpretação de legislação local. Por consequência, aplicável analogicamente ao presente caso a Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

III - Ainda, é evidente que, para modificar a orientação firmada no acórdão recorrido, verificando se transcorreu ou não o referido prazo prescricional quinquenal, seria necessário exceder as razões colacionadas naquele acórdão, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

IV - Por fim, cinge-se a insurgência recursal à tese de juízo de admissibilidade com relação à ação de improbidade administrativa, nos termos do art. 17 da Lei n. 8.429/1992. Nos termos do art. 17, §8º, da Lei 8.429/1992, o juiz apenas rejeitará a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita;.

V - O magistrado singular recebeu a exordial por considerar presentes os substratos fático e indiciário da prática de atos de improbidade administrativa, diante de inicial apta, restando devidamente assegurados os direitos fundamentais da ampla defesa e do contraditório para o esclarecimento dos fatos durante a instrução. Referido entendimento foi mantido pelo Tribunal de origem, que apresentou como *ratio decidendi* as seguintes ponderações (fls. 8.526-8.527).

VI - Por consequência, a respeitável decisão do Tribunal a quo encontra-se em consonância com o entendimento dominante desta Corte de Justiça. A propósito, veja-se o seguinte precedente: AgRg no REsp 1204965/MT, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 14/12/2010.

VII - Não se pode olvidar, ainda, que nessa fase inaugural do processamento de ação civil pública por improbidade administrativa vige o princípio do *in dubio pro societate*. Significa dizer que, caso haja apenas indícios da prática de ato de improbidade administrativa, ainda assim se impõe a apreciação de fatos apontados como ímprobos. A propósito do tema, veja-se o seguinte julgado desta Corte: AgInt no REsp 1614538/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 23/02/2017.

VIII - Assim, lastreado na jurisprudência, o entendimento aqui consignado é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, sendo aplicável à espécie o enunciado da Súmula n. 568/STJ, *in verbis*: O relator, monocraticamente e no STJ, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema;

IX - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1746718/PR, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019) (grifei)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO. FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS. INDISPONIBILIDADE DE BENS. FUMUS BONI IURIS RECONHECIDO PELA CORTE LOCAL. SÚMULA 7/STJ. SUPOSTO PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DISPOSITIVO SUSCITADO NAS RAZÕES DO APELO NÃO CONTÉM COMANDO CAPAZ DE INFIRMAR AS RAZÕES DO ACÓRDÃO.

1. A decisão singular que negou provimento ao agravo em recurso especial encontra suporte na Súmula 568/STJ, que autoriza o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, a dar ou negar provimento ao recurso quando houver jurisprudência dominante acerca do tema.

2. Não ocorreu ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

3. A jurisprudência desta Corte de Justiça se firmou no sentido de que o decreto de indisponibilidade de bens em ação civil pública por ato de improbidade administrativa constitui tutela de evidência e dispensa a comprovação de dilapidação iminente ou efetiva do patrimônio do legitimado passivo, uma vez que o periculum in mora está implícito no art. 7º da Lei nº 8.429/1992 (LIA).

3. É pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual a indisponibilidade de bens deve recair sobre o patrimônio dos réus em ação de improbidade administrativa de modo suficiente a assegurar futura execução, na eventualidade de ser proferida sentença condenatória de ressarcimento de danos, de restituição de bens e valores havidos ilicitamente, bem como de pagamento de multa civil.

4. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem quanto à presença de indícios da prática de ato de improbidade administrativa demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

5. Com relação à alegada ofensa ao art. 998 do CPC/15, referido dispositivo legal não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido. Dessa maneira, impõe-se ao caso concreto a incidência da Súmula 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.").

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1194322/MS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018) (grifei)

No tocante à alegação de violação dos arts. 500 e 506, II, do CPC/73, afirma o recorrente que “inexistia norma processual determinando a ratificação dos recursos de apelação” (fl. 2.414) e que, além disso, nos termos

da decisão recorrida, a negativa de seguimento à apelação decorreu da interpretação analógica da Súmula n. 418 do STJ, a qual, no entanto, aplicava-se – porquanto já revogada – única e exclusivamente à análise do recurso especial, não sendo admissível sua aplicação analógica ao recurso de apelação, notadamente em razão da diferença entre as espécies recursais.

Ocorre que o Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e das provas, não enfrentou essa questão no acórdão recorrido. Sobre o tema, limitou-se a afirmar que (i) porquanto todas as decisões foram proferidas enquanto ainda vigia o CPC/73 e, junto com ele, a Súmula n. 418/STJ, “o recurso dito prematuro – aquele interposto quando o prazo recursal não tinha começado a correr – era considerado intempestivo, e, portanto, não passível de conhecimento” (fl. 2.351) e que (ii) “em que pese a questão esteja sendo examinada agora, na vigência do CPC/15 e de suas normas revogadoras, as normas aplicáveis são aquelas do tempo da prática do ato processual, com ultratividade das normas revogadas por observância ao princípio do *tempus regit actum*” (fl. 2.351).

Entretanto, alertou:

Essa questão, em verdade, sequer é contestada pelos agravantes.

Sua irresignação se centra na alegação de que um dos seus procuradores não foi intimado da decisão que acolheu os embargos. Adicionalmente, defende a desnecessidade da ratificação, considerando o teor da decisão dos embargos e dos efeitos infringentes que ela produziu (fl. 2.351 - grifei).

Percebo, portanto, que em momento algum o Tribunal *a quo* se manifestou sobre a (in)existência de normal processual que determinasse a ratificação do recurso de apelação e, tampouco, sobre a aplicação, por analogia, da Súmula n. 418 desta Corte à apelação, notadamente porque, como observou o Tribunal, este não era o objetivo do recurso de agravo interno interposto pelo ora recorrente.

Necessário destacar, além disso, que a questão não foi objeto de recurso de embargos de declaração, o qual limitou-se a impugnar dois pontos tidos por omissos: (i) inexistência de intimação do procurador do recorrente e (ii) extensão da alteração empreendida com o julgamento dos embargos de declaração opostos pelo *Parquet*.

Assim, ante a ausência de prequestionamento, a alegação de violação dos arts. 500 e 506, II, do CPC/73, não pode ser conhecida.

Finalmente, no tocante à alegação de dissídio jurisprudencial, anoto que o não conhecimento do apelo raro na parte em que apontada

violação dos arts. 500 e 506, II, do CPC/73, inviabiliza, por conseguinte, a análise do alegado dissídio pretoriano a respeito desse mesmo dispositivo legal.

II. Do recurso especial interposto por Edilberto Castro

Araujo

O recorrente alega violação dos arts. 494, II, 1.022, 1.023 e 1.024, todos do CPC (fls. 2.498-2.510).

Ao fim e ao cabo, pretende que este Tribunal reconheça que (i) o acórdão que rejeitou os embargos não os apreciou na sua integralidade e (ii) não havia necessidade de ratificação do recurso de apelação após o julgamento dos embargos declaratórios do Ministério Público.

Acerca da violação dos arts. 1.022 e 1.023 do CPC, o recorrente limitou-se a afirmar:

Ademais, não foram supridas as omissões apontadas nos embargos quanto aos seguintes pontos, que não mereceram a indispensável apreciação pelo acórdão que apreciou os embargos, a saber:

- existência de contradição no cresto com os mais recentes julgamentos do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1498560/MG), urna vez que não há. necessidade de ratificação da apelação interposta antes do julgamento dos embargos de declaração, mesmo na égide do CPC/73.

Deixou, contudo, de demonstrar de que forma a violação ocorreu. Aliás, sequer demonstrou que a questão foi por ele arguida nos embargos declaratórios.

Da análise da petição dos embargos de declaração (fls. 2.362-2.374), percebo que a única menção ao REsp n. 1.498.560/MG, foi a seguinte:

Desta forma, ainda que sob a égide do CPC/73, o que se admite diante das eventualidades processuais, nesse caso não haveria necessidade de ratificação do recurso de apelação após o julgamento dos embargos declaratórios do Ministério Público.

Nesse sentido, a orientação mais recente do c. Superior Tribunal de Justiça a partir da QUESTÃO DE ORDEM n. 1129.215/DF, e cristalizada no julgamento do RESP n. 1498560/MG, Relator Min. Luiz Felipe Salomão, DJ de 28.03.2017.

Ou seja, em momento algum o recorrente questionou a omissão do Tribunal de origem quanto a (in)aplicabilidade do entendimento firmado no aludido precedente, somente o citou a título exemplificativo de jurisprudência recente desta Corte sobre a questão.

À vista disso, entendo que não há omissão alguma no acórdão recorrido, notadamente porque a questão tida por omissa no presente recurso especial sequer foi alegada pelo recorrente nos embargos declaratórios.

Finalmente, no que diz respeito à alegação de violação dos arts. 494 e 1.024 do CPC, afirma o recorrente:

Assim, eminente Ministro Relator, segue-se que a base fática do acórdão incorreu em manifesto erro de enquadramento jurídico, violando direta e frontalmente dispositivos do Código de Processo Civil, a ensejar a restauração das normas do direito federal, vejamos:

[...]

5) É de especial relevo no caso concreto revisitar o *iter* processual para exata fixação dos marcos temporais, de modo a incidir ou não as normas do CPC/73.

6) Ve-se de início, que o próprio acórdão recorrido, em sua base fática, traz como inequívoca e incontroversa a data de 26 DE JUNHO DE 2015 como sendo a data de publicação da SENTENÇA DEFINITIVA DE PRIMEIRO GRAU, ou seja, a sentença que acolheu integralmente os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público.

7) Logo, essa data de 26 DE JUNHO DE 2015 é o *puncturas dolens* para se decidir a *quaestio juris*, EIS QUE JÁ NESSA DATA DE INTEGRAÇÃO DEFINITIVA DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU SE ENCONTRAVA EM PLENA VIGENCIA A LEI FEDERAL N. 13.105/2015, QUE INSTITUIU O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.

[...]

9) Assim eminente Ministro Relator - e aí o manifesto erro de enquadramento jurídico do voto condutor do acórdão recorrido, a integração da sentença de primeiro grau se deu em plena vigência e eficácia do novo CPC, e, ao contrário do que gizado no voto condutor do v. acórdão embargado, NÃO SE APLICA À HIPÓTESE O CPC/73 (fls. 2.501-2.506).

O Tribunal de origem, por sua vez, concluiu que “as decisões foram proferidas enquanto ainda vigia o CPC/73 e, junto com ele, o enunciado n° 418, da Súmula STJ” (fl. 2.344). Indo além, afirmou:

Assim, em que pese a questão esteja sendo examinada agora, na vigência do CPC/15 e de suas normas revogadoras, as normas aplicáveis são aquelas do tempo da prática do ato processual, com ultratividade das normas revogadas por observância ao princípio do *tempus regit actum*.

É fácil perceber, então, que qualquer passo além daqui e esta Corte Superior estaria revolvendo matéria fático-probatória para funcionar como terceira instância na análise de fatos – dando-se de frente com o enunciado da Súmula n. 7/STJ. Em outras palavras, é inviável, em recurso especial, modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem de modo a acolher a tese do recorrente. Afinal de contas, não é função desta Corte atuar como uma terceira instância na análise dos fatos e das provas. Cabe a ela dar interpretação uniforme à legislação federal a partir do desenho de fato já traçado pela instância recorrida.

Ante o exposto, (a) conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial interposto por **José Vieira de Almeida** (no tocante à alegação de violação do art. 1.022, I e II, do CPC) e, nessa extensão, negar-lhe provimento; (b) conheço do recurso de agravo para conhecer parcialmente do recurso especial interposto por **Edilberto Castro Araujo** (no tocante à alegação de violação dos arts. 1.022 e 1.023) e, na parte conhecida, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator